



☆☆☆

ESTRUTURA DE PEÇAS

☆☆☆

Recurso Ordinário
Constitucional



1	EXMO. SR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL ...
2	
3	Nome, (legitimado ativo), brasileiro, estado civil (ou existência de união estável) RG nº ...,
4	inscrito no CPF sob nº ..., com endereço eletrônico ..., residente e domiciliado ..., nesta ci-
5	dade por seu advogado que esta subscreve, conforme procuração anexa, com escritório
6	..., endereço que indica para os fins do art. 77, V, do CPC, vem interpor o presente RECUR-
7	SO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL , com fundamento no art. 1.027 e seguintes do CPC
8	em face do acórdão ..., esperando que seja conhecido e recebido, depois de cumpridas as
9	formalidades processuais necessárias, sejam os autos remetidos ao SUPERIOR TRIBU-
10	NAL DE JUSTIÇA (art. 105, II) ou SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (art. 102, II).
11	
12	Nestes termos, pede deferimento
13	Local..., data....
14	Advogado... OAB nº...
15	
16	EXMO. SR. MINISTRO PRESIDENTE DO STJ OU STF
17	
18	RECORRENTE:
19	RECORRIDO:
20	Processo nº ...
21	Das razões do Recurso
22	
23	I - SÍNTESE DOS FATOS
24	Reescrever com as suas palavras um resumo do que foi narrado no texto do enunciado,
25	resumo da decisão recorrida.
26	
27	II - DA TUTELA DE URGÊNCIA
28	Está presente o requisito da urgência para concessão de efeito suspensivo ao presente
29	recurso ordinário, devendo-se a decisão recorrida ser suspensa nos termos do art. 995,
30	parágrafo único c/c art. 300, ambos do CPC. Além do fundamento relevante do direito da



31	recorrente (<i>fumus boni iuris</i>), amplamente demonstrado nos fundamentos jurídicos, há
32	o risco de ineficácia da medida final (<i>periculum in mora</i>) se a liminar não for deferida.
33	
34	III - DO CABIMENTO DO RECURSO
35	É cabível o presente Recurso Ordinário Constitucional, com fulcro no art. 1.027 e seguin-
36	tes do CPC, bem como no art. 105 (se for STJ) ou 102 (se for STF) da CRFB/88, por se tratar
37	de impugnação do acórdão proferido nos autos.
38	
39	IV - DA COMPETÊNCIA
40	Justifique o endereçamento com o respectivo fundamento legal.
41	
42	V - DA LEGITIMIDADE ATIVA
43	Conforme preceitua o art. 996 do CPC, a parte vencida é parte legítima para interpor Re-
44	curso Ordinário Constitucional.
45	
46	VI - DA TEMPESTIVIDADE
47	O presente recurso é tempestivo, tendo em vista que foi interposto dentro do prazo de 15
48	(quinze) dias, conforme art. 1.003, §5º do CPC.
49	
50	VII - DO PREPARO
51	Segue anexo o comprovante de preparo, bem como a guia de recolhimento para a inter-
52	posição do recurso, satisfazendo o requisito do art. 1.007 do CPC.
53	
54	VIII - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS
55	As razões pelas quais aquela decisão merece reforma.
56	
57	IX - DOS PEDIDOS
58	Diante do exposto, requer:
59	a) Seja o pedido de tutela de urgência deferido, para determinar conceder efeito suspen-
60	sivo ativo ao recurso ordinário, para ...;



61	b) Seja o presente recurso conhecido e provido, determinando-se a reforma do acórdão
62	recorrido, para que seja proferida nova decisão, condenando o Recorrido (descrever no
63	caso concreto);
64	c) A condenação do Recorrido no pagamento de custas e honorários advocatícios;
65	d) A juntada de comprovação do preparo;
66	e) A produção de todos os meios de prova em direito admitidos.
67	
68	Nestes termos, pede deferimento
69	Local..., data....
70	Advogado... OAB nº...
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	



91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	